

Educar para transformar

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Nova Lima tornou-se a primeira unidade prisional de Minas Gerais a possuir uma universidade dentro de suas instalações. A aposta da unidade é no poder transformador da educação. O ensino superior, além de abrir a perspectiva de uma carreira profissional para os recuperandos, melhora sua autoestima e contribui para sua reinserção na sociedade. Para muitos dos que cumprem pena ali, a iniciativa vai além: o ensino superior é um sonho que, ironicamente, eles só têm a chance de alcançar na prisão.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – AGOSTO – 2016
ANO 22 – NÚMERO 218



Valorização humana

“Todo homem é maior que seu erro.” Esse é o lema que está na base do trabalho desenvolvido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), entidade civil de direito privado que se dedica à recuperação e à reinserção social dos condenados a penas privativas de liberdade.

O trabalho das Apacs baseia-se em um método de valorização humana, buscando, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade e a promoção da justiça. Seu lema traduz a ideia de que nenhum indivíduo se resume aos erros que cometeu e, por isso, existe sempre a possibilidade de recuperação.

É com essa crença no poder do homem de se regenerar que a Apac de Nova Lima inaugurou, recentemente, a primeira universidade dentro de uma unidade prisional, em Minas. Leia, na matéria de capa desta edição, relatos de detentos que estão tendo a oportunidade de cursar o ensino superior na entidade.

O entrevistado desta edição é o desembargador Geraldo Augusto de Almeida, 1º vice-presidente do

TJMG. Responsável pela superintendência judiciária da Segunda Instância, ele pretende trabalhar com foco na harmonização das decisões da Casa, de maneira a desburocratizar o trabalho de juizes, servidores e desembargadores e dotar as decisões de mais segurança jurídica e celeridade.

Esta edição traz ainda uma matéria sobre a Lei 11.340, conhecida como “Maria da Penha”, que celebra neste mês uma década de surgimento, e matéria sobre a exposição do artista plástico Arthur Ribeiro, que estará na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, na capital, de 30 de agosto a 5 de outubro.

Neste mês, o Cineclube TJ brinde o público com a exibição, no dia 25, do filme *O Carteiro e o Poeta*, dirigido por Michael Radford. O filme narra a amizade entre dois homens, de mundos distintos, que se aproximam pelo amor às palavras. Confira, na página de Cultura, resenha sobre a película e foto da coluna Clique do Leitor.

Boa leitura!

PJe Expansão 2016

De acordo com o cronograma de implantação do PJe para o segundo semestre de 2016, mais oito comarcas de segunda entrância irão adotar o sistema eletrônico como padrão de movimentação processual. São elas: Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas e Muriaé, a partir de 3 de outubro, e Ituiutaba, Frutal, Patrocínio e Araxá, a partir de 7 de novembro.

O atual presidente do Comitê Gestor do PJe, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, avalia que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) avança no compromisso de implantar o processo eletrônico em todas as comarcas mineiras sem se descuidar de investir em infraestrutura para garantir sua sustentação.

A implantação, a expansão e o aperfeiçoamento do sistema, dentro do cronograma previsto, dependem do esforço de diversas equipes e setores da Casa: Corregedoria-Geral de Justiça e áreas de informática, engenharia, infraestrutura, capacitação e divulgação.

Paralelamente, outros projetos vinculados ao PJe encontram-se também em execução, como a contratação eletrônica, a citação eletrônica, o Trabalho Solidário Remoto (TSR), a inclusão de novas ferramentas ao sistema, entre outros.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

1º Vice-Presidente:

Desembargador Geraldo Augusto de Almeida

2º Vice-Presidente:

Desembargador Wagner Wilson Ferreira

3º Vice-Presidente:

Desembargador Saulo Versiani Penna

Corregedor-Geral:

Desembargador André Leite Praça

Vice Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro

Ouidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessor de Comunicação Institucional:

Bruno Costa

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Manuela Ribeiro

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Avenida Afonso Pena, 4001 - 13º andar - Serra,
Belo Horizonte/MG

CEP 30.130-008

Tel.: (31) 3306-3920

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Judiciário comemora os dez anos da Lei Maria da Penha



■ A Lei Maria da Penha é reconhecida como uma das melhores do mundo no enfrentamento da discriminação contra a mulher; a despeito disso, a violência de gênero é uma realidade no Brasil

Manuela Ribeiro

Segundo a pesquisa “Violência e Assassinatos de Mulheres” (2013), do Data Popular e do Instituto Patrícia Galvão, 98% dos brasileiros conhecem a Lei 11.340. Apelidada “Maria da Penha”, a norma, que completa uma década, foi citada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das melhores do mundo no enfrentamento da discriminação contra a mulher, atrás apenas das legislações espanhola e chilena.

A despeito disso, a violência de gênero é uma realidade no Brasil, comprovada por notícias frequentes de agressões verbais, físicas, sexuais e psicológicas, ameaças, destruições patrimoniais, insultos e até assassinatos. Parte disso se deve a tradições patriarcais, centradas na perspectiva de posse e na negação da autonomia da mulher como sujeito, no âmbito familiar e, sobretudo, na vida matrimonial. De fato, segundo especialistas, criar novos tipos penais não basta: é imprescindível dar efetividade aos instrumentos legais vigentes.

A fim de oferecer mais segurança à mulher em situação de vulnerabilidade e minorar a sensação de impunidade, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) iniciou, em 2009, a especialização de unidades jurisdicionais na capital. Atualmente, são quatro varas exclusivas. Seguindo a mesma lógica, uma resolução

do Órgão Especial de junho deste ano definiu as competências cível e criminal para conhecer e julgar causas de violência doméstica e familiar contra a mulher nas comarcas do interior.

Outro passo decisivo foi a criação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), instalada em abril de 2012 em

atendimento a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A finalidade da coordenadoria é desenvolver ações para reduzir a violência doméstica e familiar contra mulheres e promover a interlocução do Judiciário com cidadãos, entidades públicas e privadas e organizações não governamentais.

A desembargadora Kárin Emmerich, superintendente da Comsiv, destaca que, a partir da edição da lei, práticas habituais passaram a ser consideradas um problema social, e o encorajamento das vítimas tornou-se uma política pública. “A erradicação da violência contra a mulher passa pela questão cultural. A Maria da Penha fez a sociedade refletir e se conscientizar da importância de um trabalho coletivo de combate à violência doméstica”, afirma.

Um levantamento de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) atribui à lei uma re-

dução de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro da residência das vítimas. Contudo, a desembargadora esclarece que é difícil mensurar de forma objetiva o impacto da legislação, pois, devido aos diferentes graus de institucionalização dos serviços protetivos às vítimas, a redução dos crimes de feminicídio não é uniforme em todo o País.

Mudança de mentalidade

A magistrada pondera que decisões de cunho machista, embora menos comuns, persistem, independentemente do sexo do julgador, e alguns ainda se questionam se compete ou não à Justiça interferir na privacidade da família. “Dentro desta estrutura, que todos sabemos ser insuficiente, devemos nos empenhar na prevenção e na aplicação célere das medidas protetivas de urgência. É fundamental evitar prejulgamentos, considerando com imparcialidade as circunstâncias de cada caso. O grande desafio é a mudança da mentalidade e dos valores. É preciso não só incentivar o reconhecimento dos direitos das mulheres por parte dos operadores de direito e da sociedade, mas também repensar o modelo educacional”, avalia.

Para a superintendente da Comsiv, a solução não se resume a ações repressivas, mas implica a adoção de medidas capazes de contribuir para o empoderamento feminino, assegurando pleno acesso aos direitos. “É necessário direcionar recursos orçamentários para implementar uma política nacional para as mulheres”, defende.

“**É necessário direcionar recursos orçamentários para implementar uma política nacional para as mulheres**”

“



Apac de Nova Lima aposta no poder transformador da educação

Daniele Hostalácio

Uma sala com cadeiras coloridas, mesas com computadores conectados em plataformas de ensino a distância e uma grande televisão com recursos multimídia. Alguns jovens, concentrados em seus estudos, leem nas telas conteúdos diversos – gestão, *marketing*, empreendedorismo, teorias econômicas. A cena é típica de um espaço de ensino qualquer, mas desenrola-se dentro da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) de Nova Lima.

Em frente a um dos computadores, está Vinícius Atanásio, de 34 anos, que cumpre pena na unidade há dois anos e meio, depois de passar um

tempo no sistema prisional comum. Estudante do curso superior de administração em turismo, Vinícius não o escolheu por acaso: “Ainda tenho uma longa pena a cumprir, então optei por algo que me permitisse viajar, ampliar meus horizontes e conhecer outros mundos e línguas, sem sair daqui. O curso me faz sentir mais livre”, revela.

Vinícius possui o perfil típico de muitos detentos do País. Abandonou a escola ainda na adolescência e, quando foi preso, não concluiu sequer o ensino médio. Foi no Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, que ele retomou os estudos.

Cursar o ensino superior, contudo, era algo que estava muito além de seus sonhos. “Pra mim, sempre foi uma utopia. Eu achava que universidade só estava ao alcance de quem tinha muito dinheiro, e não de alguém como eu, que nasci e cresci em favela”, lembra.

Mas, no meio do caminho, não havia uma pedra. Havia uma Apac, onde se abriu para ele a possibilidade de se graduar. A educação já se vislumbrava para ele como a saída possível para não voltar ao mundo do crime. “Sofri muito na cadeia e sempre pensava: o que fazer para melhorar a minha vida?”

Seria por meio da educação? Eu era carente disso, nunca tive acesso a livros. Decidi tornar o tempo na cadeia produtivo e estudar”, conta.

Concluído o ensino médio, Vinicius fez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e, por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni), conquistou uma bolsa de estudos na Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (Fead). Na Apac de Nova Lima, ele afirma dispor de todas as condições materiais e emocionais para um dia ter em mãos o almejado diploma. “A Apac está me dando uma oportunidade que não tive lá fora. Hoje, faço faculdade, estudo inglês e espanhol e sonho um dia administrar a minha própria pousada ou uma agência de turismo; quero empreender”, diz.

Universidade aberta

Eis a transformação que as Apacs buscam: o nascimento e o fortalecimento da fé no futuro, o cultivo de novos sonhos, distantes do mundo do crime, e a possibilidade concreta de o egresso do sistema prisional se inserir novamente na sociedade, com dignidade. Inovadoras sob vários aspectos, as apostas das Apacs incluem a educação como fator de ressocialização.

Com essa convicção foi inaugurada, na unidade masculina da Apac de Nova Lima, em 30 de junho último, a Universidade Aberta Integrada (Uaitec). Primeira universidade dentro de uma prisão em Minas, a Uaitec oferece cursos profissionalizantes e de graduação e pós-graduação, e é resultado de um convênio entre a unidade e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, que doou os equipamentos.

São 170m² de área construída pelas mãos dos próprios recuperandos, que, na Apac, precisam estudar e trabalhar. O espaço está dividido em dois auditórios de arena, uma sala de ensino a distância e outras instalações administrativas. Sandra Tibo, pre-

sidente da unidade, explica que, por meio da Uaitec, são oferecidos mais de 90 cursos profissionalizantes.

No momento, ainda não há recuperandos cursando o ensino superior por meio da Uaitec, na Apac de Nova Lima, mas a presença da universidade ali descortina um horizonte de novas possibilidades para os reeducandos que tentam concluir o ensino fundamental e o ensino médio na unidade. Os seis jovens da Apac de Nova Lima que atualmente cursam o ensino superior a distância estão matriculados na Fead.

Rafael do Carmo, de 26 anos, atualmente no terceiro período de administração, só havia completado, antes de ser preso, a sétima série do ensino fundamental. Agora planeja, quando estiver fora dos muros da Apac, retomar o sonho interrompido com a prisão. “Eu havia acabado de montar uma loja de autopeças quando fui preso. Vou sair daqui formado em administração e vou reabrir o negócio. O lado bom de eu ter sido preso foi ter podido voltar a estudar, o que eu não faria se estivesse livre. Jamais imaginei que preso eu teria a chance de fazer faculdade”, afirma.

Coordenador executivo do programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o desembargador José Antônio Braga avalia que a oportunidade que é concedida ao jovem que se recupera através da Apac “é ímpar”. “Além da elevação da autoestima de uma pessoa encarcerada, que se encontra na via lateral de uma vida, para não dizer em uma via marginal de caminhos, a oportunidade de concluir o curso fundamental e, a seguir, frequentar um curso de graduação, é a forma de demonstrar que a ressocialização do apenado passa, necessaria-

mente, pela vontade de pessoas na recuperação de jovens”, declara.

Processo de evolução

Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, as Apacs se dedicam à recuperação e à reinserção social dos condenados a penas privativas de liberdade. Seu trabalho baseia-se em um método de valorização humana que é calcado em 12 elementos e busca, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade e a promoção da justiça.

Além de procurar garantir os direitos dos presos, na base de todo o trabalho permanece uma questão: uma vez que o detento irá um dia retornar à sociedade, como queremos que ele volte? Ao investir na recuperação dos presos, as Apacs revelam uma das crenças que ancoram seu trabalho: a ideia de que “todo homem é maior que seu erro”, e que o preso

pode deixar o cárcere melhor do que entrou.

Entrevistando Vinicius, que mostra uma enorme vontade de construir para si um novo destino e de se transformar em um homem melhor, a reportagem do TJMG se lembra de Fiódor Dostoiévski. Quando foi sentenciado à prisão na Sibéria, onde cumpriria trabalhos forçados por causa de atividades consideradas subversivas, o escritor russo escreveu ao irmão: “Não estou triste nem abatido. A gente vive em qualquer lugar; a vida está cá dentro, e não lá fora”.

O jovem ouve a frase e sorri; sonha com dias melhores e alimenta-se, no dia a dia, do poder transformador da educação. A vida lá fora ele não pode vivenciar ainda, mas o seu interior encontra-se em franco processo de evolução.

“
As Apacs se dedicam à recuperação e à reinserção social dos condenados a penas privativas de liberdade

“



O recuperando Rafael, de 26 anos, abandonou os estudos ainda na adolescência e jamais imaginou que a cadeia abriria para ele as portas do ensino superior



O trabalho das Apacs baseiam-se em um método de valorização humana calcado em 12 elementos; a metodologia visa à proteção da sociedade e à promoção da justiça



“Sonho um dia administrar a minha própria pousada ou uma agência de viagens”, declara o recuperando Vinicius, que cursa administração em turismo

Em busca de mais segurança jurídica e rapidez nas decisões



■ O desembargador Geraldo Augusto, 1º vice-presidente do TJMG: "Nosso trabalho é justamente harmonizar as decisões"

Raul Machado

Responsável pela superintendência judiciária da Segunda Instância, o desembargador Geraldo Augusto de Almeida assumiu a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) propondo-se um desafio: trabalhar com foco na harmonização das decisões da Casa, de maneira a desburocratizar o trabalho de juízes, servidores e desembargadores e dotar as decisões de mais segurança jurídica e celeridade. Desembargador do TJMG desde 2002, o magistrado declara-se entusiasmado com a missão de comandar a 1ª Vice-Presidência, que considera "o forno da usina do Tribunal".

TJMG Informativo – Quais serão as prioridades do senhor à frente da 1ª Vice-Presidência do Tribunal?

A 1ª Vice-Presidência sempre foi o forno da usina do Tribunal. Não poderá ser apagada ou interromper o seu serviço, sem prejudicar a atividade fim e primordial, que é justamente o de recebimento das petições e recursos de todo o estado com as providências para os seus julgamentos pelos desembargadores e câmaras e, posteriormente, os recursos aos tribunais superiores. Por isso é um trabalho ao mesmo tempo administrativo e jurisdicional, englobando essas duas funções. É importante observar que mudamos o Regimento Interno do TJMG, adaptando-o ao novo Código de Processo Civil (CPC), com a instalação e a criação de duas seções cíveis englobando turmas do Tribunal tanto da área de direito privado quanto da área de direito público, para que possamos implementar o novo sistema do processo civil brasileiro, que prioriza o julgamento por precedentes, através dos incidentes de recursos repetitivos e de relevância e os incidentes de assunção por competência. O que se pretende é não só facilitar a solução da pretensão do cidadão jurisdicionado,

com o andamento mais rápido dos recursos, mas também facilitar o trabalho dos colegas magistrados, suavizando e desburocratizando os serviços dos gabinetes com a diminuição da carga elevada de processos a examinar.

De que maneira isso poderá se efetivar?

Por exemplo, no caso daquelas questões repetitivas, poderíamos paralisá-las e determinar que sejam julgadas nessas seções, com suspensão, no primeiro e no segundo grau, de todos os processos que tratam dessa matéria. Com isso, com uma decisão só, resolveríamos, às vezes, diversos processos. No ano passado, por exemplo, um caso que ficou clássico foi o da morte de uma pessoa que caiu em uma caixa d'água na Comarca de São Francisco. Cada pessoa que se sentiu envolvida com aquele problema, por ter consumido água daquela caixa onde havia um corpo, entrou na Justiça. Foram cerca de 5 mil processos. O que poderíamos ter feito? Paralisaríamos o primeiro recurso que apareceu aqui no Tribunal, bem como as ações em andamento lá na comarca; em seguida, decidiríamos o caso, e todas as decisões referentes

a esses processos, na comarca, teriam de estar de acordo com o que o tribunal decidiu. Assim se evitariam novos recursos para os desembargadores. O propósito é desburocratizar o trabalho para juízes, servidores e desembargadores e alcançar a meta formidável de evitar as divergências, em torno de um mesmo assunto, entre câmaras ou, muitas vezes, entre desembargadores de uma mesma câmara. Esse é o objetivo principal.

Um dos grandes desafios da 1ª Vice-Presidência, em sua gestão, será a consolidação do novo CPC, que entrou em vigor em março último?

Exatamente. Não apenas no que se refere à parte civil, mas também em relação à parte criminal, embora não haja um código específico para este último. Tentaremos agir da mesma forma nas câmaras reunidas, com um trabalho de homogeneização das decisões do Tribunal de Justiça. A principal função de um tribunal é harmonizar decisões de primeiro grau, o que facilita em muito a atuação dos advogados e dos juízes do interior, com grandes benefícios também para o cidadão. Um exemplo: é difícil explicar para um grupo de profes-

sos de um mesmo estabelecimento de ensino, que entram separadamente com uma demanda na Justiça contra o estado, o porquê de um juiz na comarca ter dado uma mesma decisão para todos os processos e, ao chegar ao tribunal, as decisões, tomadas por magistrados de câmaras distintas, serem diferentes. Essa é uma situação que causa estranheza entre os cidadãos, e aí surge a imaginação de ter havido injustiça, abrindo margem para diversos comentários equivocados.

Harmonizar decisões é uma das principais frentes de atuação da 1ª Vice?

Sim, nosso trabalho é justamente harmonizar as decisões. Se o Tribunal de Justiça já se manifestou sobre determinado assunto, o ideal é que não haja necessidade de mais recursos em torno da mesma questão. Se chegar aqui um recurso discutindo o mesmo assunto, ele não deve ser julgado novamente: o processo deve ser devolvido com a decisão, indicando que já houve o precedente no Tribunal. Assim, haveria muito mais segurança jurídica e rapidez nas decisões.

Temas indígenas e paisagens naturais ocupam galeria

Rebeca Figueiredo

Agosto é a hora e a vez de o artista plástico Arthur Ribeiro exibir suas obras na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, na capital. A mostra é composta de pinturas e esculturas inspiradas em temas indígenas e em paisagens naturais, as quais ficarão expostas de 30 de agosto a 5 de outubro.

Nascido e criado em Belo Horizonte, mais especificamente no Bairro Santa Tereza, na zona leste da cidade, Arthur começou a se interessar por desenhos aos 9 anos de idade. Aos 11, o menino iniciou os estudos em pintura com o artista Antônio Castelo Branco. Em 2012, formou-se bacharel em artes plásticas pela Escola Guignard com habilitação em pintura e posteriormente em fotografia e litogravura.

Quando Arthur ia acampar na beira do rio com o pai, seu olhar buscava compreender as cores refletidas na água, suas formas e ritmos. Em seu desenvolvimento como artista, buscou sempre registrar essa interação com a natureza, utilizando a memória como guia. Ele busca expressar como a natureza afeta o seu ver evidenciando, em seus quadros e esculturas, um contato íntimo do ser humano com seu meio, aliado às cores fortes e tropicais.

O artista utiliza a técnica da tinta acrílica sobre a tela junto à técnica denominada acidente, por meio da qual o erro auxilia a execução da pintura, que é feita sem planejamento prévio. Arthur aplica a tinta na tela com sugestões do desenho desejado, e as camadas de cores sobrepostas provocam os efeitos do trabalho final. Já nas esculturas, que para o artista são uma continuação da pintura e do desenho, Arthur faz uso do barro em "ponta de osso", com zero umidade.

Concepção de vida

Embora a natureza sempre tenha sido sua maior fonte de inspiração, representando a brasilidade do nosso ambiente e expondo o sensível mundo interior do artista, Arthur Ribeiro é influenciado em suas telas por nomes como Cândido Portinari, Lasar Segall e Marc Chagall. Essa presença é perceptível nos resquícios figurativos, expressionistas e poéticos de suas pinturas.

As esculturas, por sua vez, são impactadas pelas obras de Rodin, artista francês precursor da escultura moderna, e Paige Bradley, escultora contemporânea norte-americana, que exploram ambos a figura humana.

Para Arthur Ribeiro, a arte é o sistema de transformação da concepção de vida capaz de exprimir da forma mais completa a situação de determinada cultura em determinado tempo.

Em 2009, o artista expôs no evento de premiação do programa cultural Vozes do Morro, em Nova Lima, a série *Grandes Nomes da MPB*, com oito desenhos em nanquim sobre papel. Em 2012, participou de exposição coletiva e individual do estabelecimento Local Arte. Arthur também confeccionou dois murais em acrílico sobre parede: *Constelação Eta Carinae* e *Paródia à Beleza*, este último para o La Vita Center, no Bairro Gutierrez.

A mostra será aberta em 30 de agosto às 19h e poderá ser visitada gratuitamente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 18h. O Fórum Lafayette está localizado na Av. Augusto de Lima, 1.549, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte.



Renata Caldera

As pinturas e as esculturas de Arthur Ribeiro registram a interação do artista plástico com a natureza

O filme *O Carteiro e o Poeta*, dirigido por Michael Radford, será exibido em agosto no Cineclub TJJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 25, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

O Carteiro e o Poeta

Silvana Alves Simões*

“– Eu também queria ser poeta. Como fazer para tornar-se poeta?”

São as palavras que ligam estes dois homens – o carteiro e o poeta –, tão diferentes em suas histórias de vida, classes sociais, profissões, mundos e crenças.

O Carteiro e o Poeta é um hino à amizade, à fraternidade e à lealdade. Uma ode ao amor e à poesia. Uma prova incontestável de que a poesia pode estar em toda parte, basta que alguém seja capaz de resgatá-la para fazer-se poeta. A fotografia é linda; a música, maravilhosa; e os textos, magníficos! O filme ganhou o Oscar de melhor ator – Massimo Troisi – e o de melhor trilha sonora – composta por Luis Bacalov.

O cenário do filme é uma ilha isolada na costa italiana onde o poeta Pablo Neruda (Phillipe Noiret) curte exílio político. Mario Ruopollo (Massimo Troisi), tímido e introspectivo filho de pescador, não consegue ajustar-se ao ofício da pesca e convive com o pai viúvo, que quase não fala e, quando o faz, é para cobrar dele uma ocupação. Por acaso, Mario encontra um trabalho temporário para carteiro que tenha bicicleta e que entregue, diariamente, a correspondência do poeta Pablo Neruda, numa casa singela.

Mal poderia imaginar que esse trabalho mudaria para sempre o seu destino.

O Carteiro e o Poeta é uma coprodução italo-francesa dirigida por Michael Radford, que assina o roteiro com Anna Pavignano e Massimo Troisi.

* *Servidora da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef)*



Divulgação

O filme italo-francês é um hino à amizade, à fraternidade e à lealdade



CLIQUE DO LEITOR

A Praça da Liberdade costuma ser um local agradável para recuperar as energias após um dia de trabalho. Sentado nas escadas do coreto, resolvi registrar a vista que eu contemplava em um desses momentos de descanso.

Augusto Brasil,
Núcleo de TV da Ascom/TJMG

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com “Clique do Leitor”. As melhores fotos serão publicadas neste espaço.